

Olivelle concludes the book with an Epilogue that examines Ashoka's legacy. While Ashoka's ecumenism and moral vision may have unraveled soon after his death, his influence persisted through later rulers, such as Kanishka, who adopted Ashoka's model of governance. Moreover, in post-colonial India, Ashoka's symbols were embraced by Jawaharlal Nehru as emblems of the new republic.

The book is accompanied by a wealth of illustrations and includes a comprehensive appendix detailing "Ashoka's Inscriptional Corpus" with contributions from Michael Gagarin (Greek Edicts translation) and Na'ama Pat-El (Aramaic Edicts translation). Olivelle's work is not without its minor spelling errors (e.g. "Chakarbarti," 3, n.1; "Ashok's," 60, n.1) and occasional repetitions (e.g. "conjectures," 14), but these do not detract from the overall excellence of the book.

In conclusion, this book is a meticulously researched and thought-provoking study of Ashoka's reign and philosophical legacy. Olivelle skillfully navigates the complexities of Ashoka's character, offering fresh perspectives on his role as a ruler, moral philosopher, and ecumenist. This book is an invaluable resource for anyone seeking a deeper understanding of one of India's most enigmatic and influential rulers.

Olga Kubica
(olga.kubica2@uwr.edu.pl)

Petschelies, Erik: *Ascensão e declínio da etnologia alemã (1884–1950)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2022. 624 pp. ISBN 978-85-268-1592-6.

Nas duas décadas passadas podia ser observado um crescente interesse de antropólogos brasileiros pela influência da antropologia alemã, sobretudo da etnologia americanista, na história de sua área. Enquanto as tendências atuais na antropologia alemã continuam a ficar quase despercebidas no Brasil, apesar dos consideráveis esforços da maior parte dos profissionais nos países de língua alemã de seguir padrões anglo-americanos em suas publicações, o atual interesse brasileiro pela história da antropologia alemã diz respeito a determinado período histórico entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, ou seja, à época das expedições etnológicas alemãs mais conhecidas na Amazônia e em outras regiões do país. As relações entre as antropologias alemã e brasileira no século XX também costumam despertar interesse no caso de alguns personagens proeminentes na história da antropologia brasileira como Curt Nimuendajú (1883–1945) ou Herbert Baldus (1899–1970). O livro ora resenhado faz parte de uma nova seara sobre as relações entre as duas tradições antropológicas, mas se destaca imediatamente pela sua abrangência e sua ambição descritiva e analítica, aliás plenamente cumprida.

Trata-se de uma tese de doutorado, cujas pesquisas abrangentes foram iniciadas em 2013 sob a orientação do historiador John Monteiro (1956–2013). Por causa do falecimento do orientador inicial, esta função foi depois assumida por Mauro de Almeida, o qual também escreveu o prefácio estimulador desta edição. Geralmente teses de doutorado têm poucos leitores, além dos avaliadores e de amigos e familiares dos autores, e a maioria é pouco citada, uma vez realizado o depósito no sistema de teses e dissertações das universidades onde foram defendidas. Tudo indica que este não será o destino do livro ora resenhado.

O título é chamativo, porque faz lembrar obras historiográficas volumosas sobre "The rise and fall of ...". O tema é, nas palavras do autor, "[a]s origens, o desenvolvimento, o ápice e a lenta derrocada de uma disciplina praticada por intelectuais alemães nascidos ao longo do século XIX" (41), mas com delimitações históricas (1884–1950) e geográficas (as pesquisas etnológicas, linguísticas e antropológicas realizadas em território brasileiro). É inevitável comparar o livro de Petschelies com dois antecessores: "Bildungsbürger im Urwald", de Michael Kraus (Marburg 2004), e "Os fundamentos da teoria etnológica alemã", de Renate Brigitte Viertler (São Paulo 2018). No entanto, não se trata de nenhuma relação de superioridade ou inferioridade, mas de complementariedade, já que os três livros têm enfoques diferentes: no caso de Viertler, a história das contribuições alemãs às grandes vertentes teóricas na antropologia, e, no caso de Kraus, uma história social e cultural das expedições etnológicas alemãs às terras baixas da América do Sul e suas relações com o mundo dos museus alemães da época. Tanto Kraus quanto Viertler relatam o declínio da etnologia alemã no período depois da Primeira Guerra Mundial, porém não aprofundam o assunto.

O tamanho do livro ora resenhado pode surpreender, já que não é comum depositar teses com mais de 600 páginas, algo que pode assustar os avaliadores de uma banca, mas também pode fornecer material para o humor acadêmico. Na Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) da Universidade Federal de Pernambuco, por exemplo, os discentes inventaram uma denominação jocosa para dissertações e teses que extrapolam consideravelmente o número máximo de páginas sugerido: "Ramo de Ouro", uma alusão inequívoca à famosa obra de Sir James Frazer (1854–1941). De fato, o livro de Petschelies é um tour de force pela história da antropologia alemã, no entanto a leitura não é cansativa em nenhuma parte. É uma historiografia muito detalhada da etnologia americanista do período escolhido, baseada num leque amplo e diversificado de fontes bibliográficas e documentais devidamente atualizadas.

A estruturação clara do livro permite aos leitores uma orientação fácil: quatro partes e 21 capítulos. Na

primeira parte, Petschelies oferece uma sinopse brilhante dos autores e das tendências antecessores à etnologia alemã do final do século XIX, começando com a filosofia de Leipzig, passando pelos trabalhos dos primeiros etnólogos e etnógrafos alemães no período do Iluminismo e pelas obras de Johann Gottfried von Herder e dos irmãos Humboldt até chegar à descrição do cenário intelectual berlinense, com o triunvirato Adolf Bastian (1826–1905), Rudolf Virchow (1821–1902) e Friedrich Ratzel (1844–1905) como personagens centrais. A segunda parte apresenta minuciosamente as biografias e pesquisas dos etnólogos que Petschelies chama a primeira geração de americanistas (1884–1899), Karl von den Steinen (1855–1929), Paul Ehrenreich (1855–1914) e Herrmann Meyer (1871–1932), enquanto a terceira parte trata da “segunda geração de americanistas” (1900–1913), Max Schmidt (1874–1950), Theodor Koch-Grünberg (1872–1924), Fritz Krause (1881–1963) e Wilhelm Kissenberth (1878–1944). A quarta parte, “O crepúsculo dos americanistas”, sobre o período de 1914 a 1950, descreve e analisa devidamente o declínio da etnologia americanista alemã. Os títulos dos capítulos individuais são bastante chamativos e atraem os leitores, por exemplo, “Adolf Bastian. As regras do método etnológico” ou “Todos os caminhos levam a Berlim”.

Petschelies distingue entre duas abordagens principais na história da antropologia, uma chamada “internalista”, focando as transformações da própria área, sobretudo as bases epistemológicas e metodológicas, enquanto a outra recebe o adjetivo “externalista”, privilegiando uma historiografia da antropologia em seus contextos institucionais, políticos e sociais, mas ele optou por uma combinação das duas. Foi a escolha certa. As expedições e pesquisas de campo são apresentadas com uma riqueza de detalhes à primeira vista não necessária, porém a contextualização histórica, política e intelectual permite entender imediatamente as razões. Nos dois capítulos sobre as expedições de Karl von den Steinen à região do Alto Xingu não se lê apenas sobre os acontecimentos, atividades e peripécias antes, durante e depois do “campo”, mas também sobre os pressupostos teóricos do etnógrafo e as discussões epistemológicas e metodológicas da época, ilustradas, por exemplo, com a análise dos estudos de von den Steinen sobre a língua dos Bakairi e as máscaras indígenas xinguanas.

Um exemplo por excelência da contextualização teórica na primeira parte do livro é o uso do conceito de Volk (povo) pelos americanistas alemães. O estabelecimento apriorístico de uma relação analógica entre povo e língua (um povo – uma língua, e vice-versa) tem sua origem corretamente identificada na obra de Leipzig, mas também na *Völker-Beschreibung* (descrição dos povos) proposta por Gerhard Friedrich Müller (1705–1783) nas décadas de 1730 e 1740 como um campo

empírico, descritivo e comparativo. Autores como von den Steinen nunca problematizaram o uso do conceito. Ao mesmo tempo, relativizando um pouco e traçando uma ponte com a atualidade, é evidente que o uso não questionado da palavra ainda faz parte de vocabulários políticos, inclusive aqueles que sustentam políticas públicas.

O conjunto dos etnólogos americanistas é apresentado como um grupo estruturado e interconectado tanto na Alemanha quanto com as comunidades alemãs no exterior, os *Auslandsdeutsche*. Suas atuações no Brasil nunca aconteceram num vácuo político, mas no contexto de políticas locais, provinciais e imperiais ou federais, o que exigiu por parte dos pesquisadores boas capacidades de negociação, já que suas expedições sempre foram vistas com interesses bastante divergentes (possibilidades de esbulhos de terras indígenas versus produção de novos conhecimentos científicos, por exemplo).

Os próprios americanistas faziam parte de um importante segmento da sociedade alemã da época, o *Bildungsbürgertum*, uma burguesia intelectual que devia sua ascensão social ao investimento em formação e educação, ou seja, *Bildung*. Os leitores de suas etnografias, então, eram não só os especialistas da área, mas também leigos ávidos por novos conhecimentos sobre a diversidade humana. Com as palavras de Petschelies, “as etnografias necessitavam ter seu rigor acadêmico aceito pela comunidade científica e seu aprazimento literário pelos leitores leigos. Em suma, tão relevante quanto explorar era escrever. Tão notórias quanto as expedições eram as obras” (157). Como foi bem observado, “A vontade de ser lido como cientista e como autor e o reconhecimento como patrono de uma nova ciência e como escritor relevante eram pautas que atravessaram as gerações de americanistas e que são talvez marcas distintivas de suas produções acadêmicas” (158). Em outras palavras, os aspectos literários de etnografias só foram “descobertos” a partir das décadas de 1970 e 1980?

O estudo de Petschelies tem uma base de fontes impressionante. Além de ter consultado uma quantidade extensa de bibliografia primária e secundária apresentada em 23 páginas, foram realizadas pesquisas documentais em treze arquivos de sete países diferentes. A consulta às fontes documentais foi exaustiva, dando destaque sobretudo às correspondências privadas. Isto não só permitiu inserir informações contextuais muito valiosas nas descrições e análises das expedições etnográficas e colecionistas, mas também a enriquecer o conhecimento sobre as biografias individuais dos etnógrafos, em particular sobre o período do declínio da etnologia alemã pós-guerra. Por exemplo, as informações sobre as condições de vida na Alemanha durante e depois da guerra, encontradas nas correspondências de Fritz Krause, revelam um quadro de privações materiais e de decadência institucional. O fato de Petschelies ser

bilíngue ajudou bastante na leitura e avaliação das fontes.

A linguagem do livro é muito agradável. O fluxo da leitura não é interrompido em nenhuma parte por trechos herméticos ou ininteligíveis. Em diversas partes, o leitor pode se perguntar se as numerosas digressões são realmente necessárias, por exemplo, as reflexões sobre textualizações e análises de mitos. Objetivamente, não são. Ao mesmo tempo, o livro perderia sua riqueza sem elas, já que se percebe nitidamente que numerosas ideias e discussões atribuídas sem questionamentos à atualidade na realidade têm suas raízes nos trabalhos de autores hoje em dia frequentemente esquecidos ou menosprezados. Com o livro de Petschelies, os leitores têm uma oportunidade rara de realizar um mergulho profundo na história da antropologia, conhecendo aspectos da etnologia americanista alemã que apontam para cânones da área consolidados apenas 80 a 100 anos mais tarde.

Com o livro ora resenhado fica evidente que a etnologia que os americanistas retratados intencionavam era internacional e cosmopolita, humanista e científica, mas não evolucionista. Nas grades curriculares universitárias frequentemente são reproduzidos estereótipos e preconceitos afirmando uma suposta orientação evolucionista dos etnólogos alemães da época. Embora eles tenham usado em parte um vocabulário análogo àquele dos evolucionistas britânicos e americanos, nem por isso deixaram de optar por caminhos teóricos e metodológicos próprios que ficam reconhecíveis apenas com leituras atentas e minuciosas, porque às vezes não são perceptíveis à primeira vista devido ao detalhismo das descrições etnográficas. Pelo contrário, no período em consideração foi consolidado um modelo etnográfico americanista alemão com epistemologia própria, baseado no detalhamento da apreensão das informações em campo antes de proceder à sua análise, ou seja, a explicitação das condições de campo já era padrão antes de surgirem os modelos modernistas divulgados por autores britânicos e americanos. Essas características relativamente avançadas na etnologia americanista alemã da época, no entanto, não significam que seus representantes estavam livres de visões preconceituosas e em parte paternalistas e pseudomoralistas. Petschelies não evita relatar práticas eticamente inaceitáveis como o roubo de restos humanos por Paul Ehrenreich, para citar apenas um exemplo. Um dos méritos de sua representação dos etnólogos alemães é que eles não são nem sacralizados nem demonizados, mas que suas ações e ideias são avaliadas no contexto histórico. Com isso, sua obra se destaca em comparação com diversos trabalhos atuais pautados no wokismo.

Segundo o prefácio de Mauro de Almeida, o livro ora resenhado já pode ser visto como um clássico. A avaliação do orientador é compreensível e talvez ele tenha razão. Seja como for, o livro de Petschelies é uma obra

excepcional, porque ele não só desmascara indiretamente o conjunto de preconceitos contra a etnologia alemã que se estabeleceu no Brasil há mais de 50 anos, mas também revela seu potencial de explodir a historiografia hegemônica da antropologia americanista reproduzida tanto no Brasil quanto em outros países, mostrando a modernidade patente da etnologia americanista alemã.

Deseja-se muitos leitores a essa obra excepcional, a qual pode ser recomendada enfaticamente como referência obrigatória nas grades curriculares de antropologia e museologia no Brasil.

Peter Schröder
(peter.schroder@ufpe.br)

Pinxten, Rik: *Humanism Revisited. An Anthropological Perspective.* New York: Berghahn Books, 2024. 179 pp. ISBN 978-1-80539-473-0.

Dies ist das Buch eines verdienstvollen Gelehrten, der sich in zahlreichen Tätigkeiten und Veröffentlichungen der Sache des Humanismus im Sinne einer offenen Geisteshaltung für die Vielfalt kulturellen menschlichen Lebens gewidmet hat. Das verdient Lob und bleibende Anerkennung.

Sein Buch versteht sich als Einladung zur Erneuerung des Humanismus. In Zeiten globaler politischer Krisen sei dessen Neustart geboten, um den Pathologien des Kapitalismus, dem zunehmenden Zerfall demokratischer Institutionen und der verbreiteten Technologiegläubigkeit einen Kompass zur Orientierung gegenüberstellen zu können, den Pinxten in einem „updated, respectful, postcolonial humanism“ (79) bereitstellen will. Weil die Sache des Humanismus an die Kolonialgeschichte Europas geknüpft und also stark belastet ist, müssen die Erneuerungswilligen zunächst durch das Fegefeuer „selbstkritischer“ Läuterung (Kap. 1–3). In Pinxtens Spiegel sehen wir Humanismus im Zerrbild eines philosophisch-theologischen Komplexes, den der Autor („Lektürewarnung“, xx-xxii) in ungebrochener Linie von Petrarca zu Rawls als *eine* intellektuelle Strömung behandelt. So konnten die europäischen Kolonialmächte die von ihnen abhängigen Völker und Kulturen auf Linie, in Sklaverei und Unterdrückung trommeln. Die christlichen Missionäre rechtfertigten die Bekehrung der bildungsbedürftigen „Primitiven“ entsprechend als humanitäre Tat, ähnlich wie der politische Liberalismus unserer Tage seine noch heute andauernde Kolonialpolitik als „Entwicklungshilfe“ zu kaschieren weiß (15). Dies sei die Erblast nicht nur der politischen, sondern auch der Geistesgeschichte Europas.

Pinxten stellt sich die Frage, wo die ursprünglich durchaus emanzipatorische Bewegung des Humanismus in Spätmittelalter und Renaissance die Ausfahrt verpasste, so dass die „intrinsisch“ humanistischen Werte des Respekts vor kultureller Diversität und des sozia-